



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ  
GABINETE DO PREFEITO

1

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO Nº 541/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2026**

**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO  
DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E OUTROS  
PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS  
SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS ANEXOS.**

**Modo de Disputa:** Aberto

**Tipo de Julgamento:** Menor Preço – Unitário

**Orçamento Sigiloso:** Não

**Data e Hora:** 11 de junho de 2026 – 14h

**Limite para propostas:** 11 de junho de 2026 – 13h59min

**Referência de Tempo:** Horário de Brasília

**Site:** [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

O **MUNICÍPIO DE GUAPORÉ-RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, estabelecida na Av. Silvio Sanson, nº 1135, Centro, na cidade de Guaporé - RS, por meio do Setor de Licitações, torna público aos interessados que se encontra aberta a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2026**, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), com a finalidade de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E OUTROS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS ANEXOS**, pelo critério de **Menor Preço – Unitário** – , sendo do tipo **Menor Preço**, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 7446/2023, de 28 de novembro de 2023, bem como as condições a seguir estabelecidas.

**ORIGEM:** Requisição nº 408 de 2026.

**SOLICITANTE:** Secretaria Municipal da Administração.

## 1. OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E OUTROS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

2

**E SEUS ANEXOS**, cuja descrição e detalhamento consta no Termo de Referência, anexo do presente edital.

**1.2.** O presente edital seguirá o rito procedimental comum, previsto no artigo 17 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**1.3.** Constituem o objeto da presente licitação os seguintes itens:

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Un</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Un.</b>	<b>Valor Total</b>
<b>1</b>	Amaciante de roupa, aspecto físico líquido viscoso concentrado, perfumado. frasco de 2 litros, com tampa abre e fecha com lacre de rosquear	FR	1230	29,26	35.989,80
<b>2</b>	Amaciante de roupa, aspecto físico líquido viscoso concentrado, perfumado. frasco de 5 litros, com tampa abre e fecha com lacre de rosquear	FR	3400	31,10	105.740,00
<b>3</b>	Água sanitária, hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto, com, no mínimo, de 2,5% de cloro ativo, incolor, lavagem e alvejante de roupas, banheiros, pias. embalagem plástica de 02 litros, opaca dotada de tampa com lacre, devendo atender a NBR 13.390/2006.	UN	1500	17,82	26.730,00
<b>4</b>	Água sanitária, hipoclorito de sódio, cloreto, com, no mínimo, de 2,5% de cloro ativo, incolor, lavagem e alvejante de roupas, banheiros, pias. embalagem plástica de 05 litros, opaca dotada de tampa com lacre, devendo atender a NBR 13.390/2006.	FR	4400	34,20	150.480,00
<b>5</b>	Desinfetante, composição à base de quaternário de amônio, princípio ativo cloreto alquil dimetil benzil amônio + tensoativos, teor ativo solução concentrada, teor ativo em torno de 50%, solução aquosa, aroma lavanda, pinho, floral, marine ou talco forte e duradouro, embalagem de 5 litros.	FR	4700	29,62	139.214,00
<b>6</b>	Desinfetante, embalagem plástica com 2L – para uso em banheiros, fragrância pinho, eucalipto e lavanda; com ação germicida/bactericida. Pode ser aplicado no vaso sanitário, ralo, pia, tanque, azulejos, pisos e outras superfícies. Ingrediente ativo: O-BENZIL-PCLOROFENOL a 0,9%. composição: ingrediente ativo, conservante, emulsificante, sequestrantes corretor de PH, solvente, perfume, corante e água.	FR	1280	21,50	27.520,00
<b>7</b>	Alvejante sem cloro, composto de alquil benzeno sulfonato de sódio, álcool graxo	UN	1200	20,85	25.020,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

3

	etoxilado, peróxido de hidrogênio, sequestrante, antiespumante, corante, fragrância e água, incolor, lavagem e alvejante de roupas, banheiros e pias. Embalagem plástica de 02 litros, opaca dotada de tampa com lacre, devendo atender a NBR 5991/97.				
<b>8</b>	Hipoclorito de sódio 10-12%, hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto, com, no mínimo, de 2,5% de cloro ativo, incolor, lavagem e alvejante de roupas, banheiros, pias. Embalagem plástica de 05 litros, opaca dotada de tampa com lacre, devendo atender a NBR 13.390/2006.	GAL	560	40,01	22.405,60
<b>9</b>	Detergente líquido neutro para louça, embalagem com 500ml - lava louças, contém tensoativo biodegradável, neutro. inócuo a pele, apresentando completa solubilidade em água. Embalagem plástica resistente tampa bico dosador. Composição: tensoativos aniônicos, coadjuvante, sequestrante, espessante, conservantes, corante, umectante, fragrância e veículo. Componente ativo: linear alquil benzeno sulfonato de sódio.	FR	7000	5,00	35.000,00
<b>10</b>	Detergente líquido neutro para louça, embalagem com 5 litros - lava louças, contém tensoativo biodegradável, neutro. Ser inócuo a pele, apresentando completa solubilidade em água. tensoativos aniônicos, coadjuvante, sequestrante, espessante, conservantes, corante, umectante, fragrância e veículo. Componente ativo: linear alquil benzeno sulfonato de sódio.	FR	5500	29,90	164.450,00
<b>11</b>	Detergente líquido concentrado lava-roupas, embalagem de 2litros, rende no mínimo 50 lavagens, composição: alquil sulfato de sódio etoxilado; linear alquil benzeno sulfato de sódio; álcool etoxilado tensoativo não-iônico; estabilizante; coadjuvante; quelante; enzimas; conservante; branqueador óptico; corante; fragrância e água.	FR	900	20,07	18.063,00
<b>12</b>	Limpador de vidros líquido, com pulverizador em gatilho que contenha em sua formulação laurel éter sulfato de sódio, tubo com 500 ml	FR	2850	13,46	38.361,00
<b>13</b>	Desengordurante, desincrustante e limpador instantâneo multiuso, acondicionado em embalagem plástica tipo squeeze com 500ml, com tampa flip-top e bico pulverizador. Com tensoativo biodegradável. para limpeza de superfícies em geral. aroma agradável, ser	FR	1000	19.53	19.530,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ  
GABINETE DO PREFEITO

4

	inócuo à pele, apresentando completa solubilidade em água.				
14	Desengordurante, desincrustante e limpador instantâneo multiuso 5 litros; com tensoativo biodegradável. Para limpeza de superfícies em geral. aroma agradável, ser inócuo à pele, apresentando completa solubilidade em água.	FR	2100	42,58	89.418,00
15	Sabão líquido concentrado lava-roupas, composição: alquil sulfato de sódio etoxilado; linear alquil benzeno sulfato de sódio; álcool etoxilado tensoativo não-iônico; estabilizante; coadjuvante; quelante; enzimas; conservante; branqueador óptico; corante; fragrância e água. 5 litros.	UN	1830	51,26	93.805,80
16	Pedra sanitária – peso 35g, embalada em plástico transparente, com suporte para colocação em bacia sanitária, fragrância diversas, solida, composto de sulfato de sódio, fragrância, pigmento, coadjuvante. Com indicação do químico responsável	CX	2000	4,53	9.060,00
17	Sabonete, aspecto físico sólido, peso 90g, com perfume, formato retangular, com creme hidratante e glicerinado. Embalagem individual.	UN	300	5,82	1.746,00
18	Balde plástico com alça em metal, material prima tipo polipropileno, com capacidade para 16 litros, resistentes dimensões mínimas 32,2x32,6cm, com identificação de procedência. Resistente.	UN	320	27,61	8.835,20
19	Dispenser em acrílico resistente ou PVC. rígido, para reservatório porta álcool gel ou sabonete líquido para parede, com tecla de acionamento para liberação do líquido, capacidade de acondicionamento de líquido de no mínimo 1000ml, embalagem com uma unidade mais parafusos e buchas para fixação.	UN	125	50,27	6.283,75
20	Prendedor de roupas em plástico de alta resistência atóxico, tamanho mínimo de 6 x 3.5cm, pacote com 12 unidades.	UN	580	5,78	3.352,40
21	Copo descartável plástico transparente com capacidade para 80ml, confeccionado em polipropileno com material atóxico, massa mínima do copo deve estar de acordo com a NBR 14865, pacote com 100 unidades	PAC	1500	6,81	10.210,00
22	Pratos de plástico, descartável, 15cm de diâmetro, embalagem com 10	PAC	600	2,99	1.794,00
23	Escova limpeza sanitária, material corpo plástico, medindo 30 cm material cerdas nylon, características adicionais com suporte	UN	750	12.80	9.600,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

5

<b>24</b>	Escova para chão, cerdas rígidas e cepa plástica rosqueável, resistente, tamanho mínimo de - 25x8,6x4,2cm. com cabo de no mínimo 1,20m	UN	330	15,57	5.138,10
<b>25</b>	Placa de sinalização para piso molhado, composição: plástico pp, com dimensões de 62 x 27,5cm.	UN	110	78,03	8.583,30
<b>26</b>	Suporte plástico, com pinça, para mop úmido, sem cabo	UN	30	24,96	748,80
<b>27</b>	Saco plástico para coleta de lixo, 50 litros, 6 micras, cor preta, largura 59, altura 62, de polipropileno. deverá estar em conformidade com as normas da ABNT nbr 9190/9191/13055/13056. Pacote com 100 unid.	PAC	800	20,60	16.480,00
<b>28</b>	Saco plástico para coleta de lixo, 60 litros, 6 micras, cor preta, largura 59, altura 62, de polipropileno. deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056. Pacote com 100 unidades	PAC	1800	28,86	51.948,00
<b>29</b>	saco plástico para coleta de lixo, 40 litros, 6 micras, cor preta, largura 53, altura 57, de polipropileno. deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056. Pacote com 100 unidades	PAC	1450	11,37	16.486,50
<b>30</b>	saco plástico para coleta de lixo, 100 litros, 12 micras, cor preta, largura 75cm, altura 105cm, de polipropileno. deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056. Pacote com 100 unid	PAC	2500	65,28	163.200,00
<b>31</b>	Saco plástico para coleta de lixo, 130 litros, 10 micras, cor preta, largura 90, altura 105, de polipropileno. deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056. Pacote com 100 unidades	PAC	2000	73,09	146.180,00
<b>32</b>	Cera líquida, incolor, 750ml - cera líquida incolor polimentável para pisos de alto trânsito, bem como superfícies que requerem brilho e proteção. composição: cera de carnaúba, parafina, resina fumárica, cera de polietileno, emulsificantes, pigmento, perfume, conservante e água.	UN	800	33,50	26.800,00
<b>33</b>	Álcool etílico, tipo etílico hidratado, composição hidroalcoólica, aparência visual gel, aplicação produto limpeza doméstica, concentração 70° INPM. embalagem plástica	UN	700	15,60	10.920,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

6

	de 500ml deve atender a NBR 5991/97, tampa com lacre.				
<b>34</b>	Sabão em pó de 1ª qualidade, biodegradável, com amaciante, acondicionado em caixa de papelão com no mínimo 800g, tensoativo, coadjuvantes, sinergistas, alcalinizante, branqueadores ópticos, corante essência e água, com tampa de fácil fechamento.	CX	3550	18,88	67.024,00
<b>35</b>	Saponáceo, composição detergente, aplicação limpeza de pisos, paredes e louças, biodegradável. informações adicionais: cremoso, contendo no mínimo 300ml, fragrância pinho, limão ou lavanda, recipiente de 300ml	FR	3000	10,29	30.870,00
<b>36</b>	Desengraxante alcalino concentrado com diluição 1/40, balde de 50 litros	BD	50	118,00	5.900,00
<b>37</b>	Conjunto balde com espremedor, 33 litros, com balde divisor de águas e com dimensões de 36,5 x 41 x 91,5 cm, com cabo em alumínio, suporte e refil de MOP	UN	200	390,25	78.050,00
<b>38</b>	Lixeira em plástico rígido, retangular, com tampa e pedal, medindo aproximadamente (AxLxP) 44,5x32,5x30,5 cm, capacidade de 15 litros, na cor branca.	UN	500	44,48	22.240,00
<b>39</b>	Copo descartável plástico transparente, com capacidade para 180ml, confeccionado em polipropileno com material atóxico, massa mínima do copo deve estar de acordo com a NBR 14.865, pacote com 100 unidades	PAC	3450	13,56	46.782,00
<b>40</b>	Espunja de lã de aço para limpeza, formato retangular, aplicação em utensílios e limpeza em geral, características adicionais textura macia e isenta de sinais de oxidação, comprimento mínimo 90cm, largura mínima 40cm. Pacote com, no mínimo, 8 esponjas e peso mínimo total de 60g	PAC	1500	6,59	9.885,00
<b>41</b>	Rodo limpa vidros, com lavador e puxador de água, 28 cm, com cabo resistente e extensor até 50 cm	UN	200	50,37	10.074,00
<b>42</b>	Varal para roupa de chão, com estrutura em tubo de aço de alta qualidade, acabamento em pintura epóxi e peças plásticas de polipropileno. com duas abas. para comportar no mínimo 25kg de roupas úmidas. Medidas aproximadas: altura: 95cm largura: 70cm comprimento: 1,74	UN	300	115,61	34.683,00
<b>43</b>	Panos de limpeza para mecânicos tipo estopa costurado		200	21,42	4.284,00
<b>44</b>	Desodorizador em pedra, tipo naftalina, embalagem com 40g.	PAC	300	5,80	1.740,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

7

45	Fibra verde, formato retangular, comprimento mínimo 102mm, largura mínima 260mm, espessura mínima 20cm. Composição: fibra sintética com abrasivo, embalagem com, no mínimo, 10 unidades.	UN	250	6,89	1.722,50
46	Pano de chão, para limpeza geral, material 100% algodão com trama grossa com, no mínimo 15 tramas, alvejado, alta absorção, tamanho mínimo: 75x50cm, sem desfiamento nas bordas, com gramatura de no mínimo 300g/m <sup>2</sup> , com identificação do fabricante e peso unitário de no mínimo 113g.	UN	3100	12,64	39.184,00
47	Pano para limpeza geral 100% em fibra de viscose, látex sintético, tamanho mínimo 60x33cm, com agente bacteriostático, sem cheiro, pacote com 5 unidades	UN	1600	13,98	22.368,00
48	Lixeira em plástico rígido, retangular, com tampa e pedal, medindo aproximadamente (AxLxP) 82x54x42 cm, capacidade de 75 litros, na cor branca.	UN	400	102,69	41.076,00
49	Papel higiênico, rolo com 30 metros - branco, folha dupla de alta qualidade, textura macia, folha picotada, com relevo, gofrado, rolo com 30 metros x 10 cm, dispostos em fardos com 16 pacotes com 04 rolo cada. composição: 100% fibras naturais, virgens, não recicladas, controle bacteriológico. produto notificado na Anvisa/ministério da saúde. fardo com 16 pacotes, com 4 rolos de 30m cada	FD	3300	55,55	183.315,00
50	Papel toalha branco, 100% fibras celulósicas virgens, gramatura mínima de 24g/m <sup>2</sup> , na cor branca, rolo com 55 folhas acondicionado em fardo com 12 pacotes x 02 rolos	FD	870	39,35	34.234,50
51	Papel toalha interfolhado, 100% fibras celulósicas virgens, gramatura mínima de 24g/m <sup>2</sup> , na cor branca, acondicionado em fardo com 1.000 folhas, com uma dobra (duas faces). Dimensões: largura 21 a 23cm, comprimento 20 a 22cm.	PAC	2000	118,76	237.520,00
52	Papel higiênico, folha dupla, interfolhado, 100% fibras celulósicas virgens, gramatura mínima de 24g/m <sup>2</sup> , na cor branca, caixa com 6.000 folhas com uma dobra (duas faces), dimensões: largura: 10 a 12 cm, comprimento: 20 a 22 cm	PAC	1500	120,06	180.090,00
53	Álcool etílico, tipo etílico hidratado, composição hidroalcolica, aparência visual gel, aplicação produto limpeza doméstica, concentração 70° INPM. embalagem	UN	300	55,71	16.713,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

8

	plástica de 5 litros deve atender a NBR 5991/97, tampa com lacre.				
<b>54</b>	Balde tipo mop com esfregão giratório 360 + refil extra, capacidade do balde de no mínimo 9 litros, com cesto em inox, cabo desmontável de 3 segmentos e altura mínima de 1,60 m	UN	300	248,07	74.421,00
<b>55</b>	Corda para varal, em polipropileno, 3mm, trançada, antimoho, resistente	M	750	12,25	9.187,50
<b>56</b>	Saco de pano para limpeza, alvejado, cor branca, medindo no mínimo 77x39cm, 100% algodão	UN	2600	41,12	106.912,00
<b>57</b>	Refil para mop úmido, 70% algodão e 30% poliéster, ponta cortada, 340g	UN	140	37,25	5.215,00
<b>58</b>	Cera líquida, incolor, polimentável para pisos de alto trânsito, bem como superfícies que requerem brilho e proteção. Composição: cera de carnaúba, parafina, resina fumaria, cera de polietileno, emulsificantes, pigmento, perfume, conservante e água 5 litros	UN	685	41,57	28.475,45
<b>59</b>	Cera em pasta, cor conforme a necessidade e piso, embalagem de 380g, polimentável para pisos de alto trânsito, bem como superfícies que requerem brilho e proteção. composição: cera de carnaúba, parafina, resina fumárica, cera de polietileno, emulsificantes, pigmento, perfume, conservante e água. para pisos de madeira	UN	230	30,66	7.051,80
<b>60</b>	Guardanapo de papel branco, 100% celulose, folha dupla, tamanho 24 x 23cm, pacote de 50 unidades	PAC	500	6,28	3.140,00
<b>61</b>	Filtro descartável de papel nº 103 para café descartável, textura especial com microporuns, produto não perecível, caixa com 30 unidades	CX	2000	11,87	23.740,00
<b>62</b>	Esponja metálica de aço inox (100%), de uso doméstico para limpeza pesada.	UN	1300	4,30	5.590,00
<b>63</b>	Esponja de louça dupla face (espuma e fibra), formato retangular, composição: fibra sintética com abrasivo e espuma de poliuretano com bactericida, comprimento mínimo: 110mm, largura mínima 75mm, espessura mínima 20mm	UN	3000	3,35	10.050,00
<b>64</b>	Cera líquida, cor conforme a necessidade, polimentável para pisos de alto trânsito, bem como superfícies que requerem brilho e proteção. Composição: cera de carnaúba, parafina, resina fumárica, cera de polietileno, emulsificantes, pigmento, perfume, conservante e água 5 litros para pisos em madeira.	GAL	350	57,38	20.083,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

9

<b>65</b>	Flanela para limpeza, confeccionada em tecido 100% algodão, cor amarela/laranja, medindo no mínimo 40 cm x 30 cm, com gramatura mínima de 180 g/m <sup>2</sup> , bordas com acabamento em costura reforçada tipo overloque, resistente ao uso contínuo e a lavagens frequentes, retenção eficiente de umidade sem saturação imediata baixa liberação de fiapos. Peso mínimo de 22g por unidade.	UN	700	13,99	9.793,00
-----------	---	----	-----	-------	----------

<b>Total</b>	<b>R\$ 2.860.512,00</b>
--------------	-------------------------

## **2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME**

**2.1.** Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

**2.2.** É de responsabilidade do licitante credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

**2.2.1.** Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

**2.2.2.** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

**2.2.3.** Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

**2.2.4.** Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;

**2.2.5.** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

## **3. VEDAÇÕES**

**3.1.** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

10

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**3.2.** O impedimento de que trata a alínea “a” do item supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.3.** Durante a vigência da ata de registro de preços/contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

#### **4. ENVIO DAS PROPOSTAS**

**4.1.** As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital.

**4.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a propostas inseridas no sistema até a abertura da sessão pública.

**4.3.** O licitante deverá enviar sua proposta, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

11

**a) Valor unitário e total** para cada item, em moeda corrente nacional, com quatro casas decimais após a vírgula, incluída a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas;

**b) Marca** de cada item ofertado;

**c) Descrição detalhada** do objeto;

**d) Indicar conta bancária e chave PIX CNPJ**, vinculada diretamente à conta empresarial conforme Decreto nº 7913/2025 e Decreto nº 7959/2025, quando solicitada a proposta readequada;

**4.4. O prazo de validade** da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública, estabelecida no preâmbulo desse edital, devendo ser declarado no sistema.

**4.5.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

**4.6.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.7.** O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

**a)** Declaração de ciência e concordância com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

**b)** Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas;

**c)** Sob pena de desclassificação, declaração de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

**d)** Declaração para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

12

e) Declaração de não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

f) Declaração de que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação;

g) Declaração, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Para as empresas que desejam se beneficiar do tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006:

h) Declaração, sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar;

i) Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

**4.7.1.** Outras eventuais declarações complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhadas no prazo de 01 (um) dia útil.

## **5. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A partir do horário previsto no preâmbulo deste edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública na internet.

**5.2.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

**5.3.** Serão desclassificadas as propostas que:

a) contiverem vícios insanáveis;

b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após a fase de lances;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

13

**d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**e)** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**5.4.** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

**5.5.** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**5.6.** As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que todos os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**5.7.** Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

**5.8.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, observando o fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

**5.8.1.** O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

**5.8.2.** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8.3.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

**5.8.4.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 0,01 (um centavo), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

**5.8.5.** Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

**5.9.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

14

**5.9.1.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.10.** Quaisquer dúvidas concernentes à fase de lances deverão ser suscitadas exclusivamente pelo chat disponível pelo portal.

**5.11.** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**5.11.1.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no mesmo endereço eletrônico que ocorreu a sessão.

**5.12.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.13.** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.14.** O sistema classificará as propostas mais vantajosas ao Município, em ordem crescente.

**5.15.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

## **6. CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

**6.1.** Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam as alíneas “h” e “i” do item 4.7 deste Edital;

**6.1.1.** Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

**6.1.2.** Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

15

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.1.1, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a” deste item.

**6.1.3.** O disposto no item 6.1.2 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

**6.2.** Se não houver licitante que atenda ao item 6.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.3** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Rio Grande Sul;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009, de 29 de dezembro de 2009.

## **7. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO**

**7.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

16

**7.2.** Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

**7.3.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

**7.4.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser solicitada a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**7.5.** A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

**7.5.1.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**7.5.2.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, somente será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.6.** O pregoeiro poderá verificar se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, através do site [www.certidoes.cgu.gov.br](http://www.certidoes.cgu.gov.br).

**7.6.1.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

**7.6.2.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.7.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**7.8. As empresas declaradas vencedoras do processo licitatório deverão apresentar amostras dos produtos ofertados, exclusivamente para os itens 5, 6, 9, 10 e 54, em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, para fins de análise e aprovação pela Administração.**

**7.8.1.** A avaliação das amostras considerará critérios de qualidade, composição, rendimento, acondicionamento, eficiência de uso, conformidade com as normas aplicáveis e atendimento integral às especificações exigidas no edital.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

17

**7.8.2.** As amostras poderão ser retidas até a conclusão do procedimento de avaliação, servindo como parâmetro de comparação para os produtos posteriormente fornecidos.

## **8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** Para fins de habilitação neste pregão, a licitante detentora da melhor proposta deverá enviar os seguintes documentos, **em até 01 (um) dia útil**, quando solicitado pelo pregoeiro:

### **8.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) cópia do Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) cópia do Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **8.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- a) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), se o licitante for pessoa jurídica ou no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF), se o licitante for pessoa natural;
- b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal, referente a Tributos Federais e quanto à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da licitante;
- e) Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da licitante;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, na aplicação da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

18

#### **8.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

a) Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

**8.5.** Para as empresas que usufruíram dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser anexada juntamente à documentação de habilitação a Certidão Simplificada da Junta Comercial ou documento semelhante.

#### **9. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO**

**9.1.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**9.2.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.3.** As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

**9.4.** O beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado as declarações exigida neste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que declarado vencedor, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**9.5.** Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

19

edital. Nessa hipótese, classificada a proposta, será concedido o prazo previsto no item 8.1 para o envio da documentação de habilitação.

**9.6.** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

## **10. RECURSOS**

**10.1.** Caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

**10.2.** Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item anterior, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

**10.3.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**10.4.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

**10.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.6.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**10.7.** O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

20

## **11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA**

**11.1.** A formação do cadastro reserva será realizada após a fase de habilitação dos licitantes, em campo próprio no sistema.

**11.2.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a)** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b)** dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**11.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**11.3.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**11.3.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**11.4.** A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a)** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b)** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

**11.5.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- a)** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b)** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

21

## **12. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

**12.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

## **13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**13.1.** O licitante vencedor será convocado para assinar a ata de registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**13.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**13.3.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da ata de registro de preços nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**13.4.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.4, sem convocação para contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**13.5.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do item 13.3, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar a ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

22

**13.6.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

**13.7.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**13.8.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

#### **14. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**14.1.** As hipóteses de negociação dos preços registrados quando os mesmos se tornarem superiores ou inferiores aos preços praticados no mercado estão dispostas na Minuta de Ata de Registro de Preços – Anexo II deste Edital.

#### **15. DAS HIPÓTESES DE CANCELAMENTO DA ATA**

**15.1.** As hipóteses de cancelamento da ata estão dispostas na Minuta de Ata de Registro de Preços – Anexo II deste Edital.

**15.2.** Se, no decorrer da contratação, o fornecedor apresentar pedido de cancelamento dos preços registrados, deverá justificar a não continuidade do fornecimento, sem prejuízo das sanções dispostas neste Edital.

#### **16. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

**16.1.** O fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, devendo a contratada garantir a disponibilidade dos itens registrados e cumprir os prazos de entrega estabelecidos pela Administração.

**16.2.** A contratada deverá efetuar a entrega dos materiais no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da solicitação formal, nos locais previamente indicados, podendo abranger a sede da Prefeitura, Secretarias Municipais e demais unidades administrativas descentralizadas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

23

**16.2.1.** A contratada será responsável por todas as etapas relacionadas ao fornecimento, incluindo transporte, carga e descarga, bem como pela integridade dos produtos até o seu recebimento definitivo no local indicado.

**16.3.** Os produtos deverão ser entregues em embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, íntegras e em conformidade com as especificações técnicas, acondicionados de forma adequada para suportar o transporte e armazenamento, sendo de inteira responsabilidade da contratada os custos com logística, incluindo transporte, carga e descarga.

**16.4.** O recebimento dos materiais será realizado por servidor designado, no ato da entrega, para verificação quantitativa e das condições aparentes dos produtos, após a conferência detalhada quanto à conformidade com as especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

**16.5.** Constatadas irregularidades, tais como desconformidade com as especificações, defeitos, avarias ou embalagens violadas, a contratada será notificada para promover a substituição dos itens no prazo estipulado pela Administração, sem qualquer ônus adicional.

**16.6.** Durante toda a execução, a contratada deverá assegurar a disponibilidade dos produtos registrados, manter as condições de habilitação e cumprir integralmente as obrigações assumidas, observando os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e interesse público, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

**16.7.** Os produtos a serem fornecidos deverão atender a padrões de qualidade e desempenho compatíveis com sua finalidade, sendo vedado o fornecimento de itens com indícios de adulteração, deterioração, vícios de fabricação ou em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

**16.8.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas sanitárias e regulamentares vigentes, especialmente aquelas expedidas pelos órgãos competentes, incluindo, quando aplicável, a regularização junto à ANVISA, mediante registro, notificação ou dispensa, conforme a natureza do produto.

**16.9.** As embalagens deverão ser originais de fábrica, devidamente lacradas e íntegras, contendo identificação clara do fabricante, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e instruções de uso, assegurando condições adequadas de armazenamento, transporte e utilização.

**16.10.** Quando aplicável, os produtos deverão ser entregues com prazo de validade compatível com seu uso, devendo possuir, no momento da entrega, no mínimo 75% de sua validade total, de forma a evitar prejuízos decorrentes de vencimento precoce.

**16.11.** Os materiais entregues estarão sujeitos à conferência e aceitação pela Administração, podendo ser recusados, no todo ou em parte, caso estejam em desacordo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

24

com as especificações, hipótese em que a contratada deverá promover a substituição no prazo a ser estipulado, sem quaisquer ônus adicionais.

**16.12.** Sempre que aplicável, deverão ser observados critérios de sustentabilidade ambiental, com preferência por produtos biodegradáveis, embalagens recicláveis e práticas que minimizem impactos ambientais, em consonância com as diretrizes da Administração Pública.

**16.13.** Os produtos químicos deverão conter informações adequadas de segurança e manuseio, podendo ser exigida a apresentação de Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), conforme legislação pertinente.

**16.14.** As amostras apresentadas na fase de análise das propostas poderão ser retidas até a conclusão do procedimento de avaliação, servindo como parâmetro de comparação para os produtos posteriormente fornecidos.

## **17. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**17.1.** O pagamento será efetuado mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente em até 15 dias, após a verificação da conformidade do objeto, e dar-se-á através de conta bancária ou chave PIX/CNPJ, vinculada diretamente à conta empresarial conforme Decreto nº 7913/2025 e Decreto nº 7959/2025, de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, conforme Termo de Referência.

## **18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**18.1.** As despesas decorrentes da futura demanda oriunda desta licitação correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas pela Secretaria Municipal da Fazenda, previstas no orçamento municipal vigente, no momento da solicitação.

## **19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**19.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

**a)** dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços/contrato/autorização de fornecimento;

**b)** dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços/contrato/autorização de fornecimento que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**c)** dar causa à inexecução total da ata de registro de preços/contrato/autorização de fornecimento;

**d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

25

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar a ata de registro de preços/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata de registro de preços/contrato/autorização de fornecimento;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preços/contrato/autorização de fornecimento;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, de 1º de agosto de 2013.

**19.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

**19.2.1.** A sanção prevista na alínea “a” do item 19.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea “a” do item 19.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**19.2.2.** A sanção prevista na alínea “b” do item 19.2 será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 19.1.

**19.2.3.** A sanção prevista na alínea “c” do item 19.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 19.1.

**19.2.4.** A sanção prevista na alínea “d” do item 19.2 será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 19.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do mesmo item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 19.2.3.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

26

**19.3** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 19.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**19.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 19.2.

**19.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**19.6.** A aplicação das sanções previstas no item 19.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**19.7.** Na aplicação da sanção prevista na alínea “b” do item 19.2, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**19.8.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 19.2, o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**19.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**19.10.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**19.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

27

**19.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

**a)** reparação integral do dano causado à Administração Pública;

**b)** pagamento da multa;

**c)** transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

**d)** cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

**e)** análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**19.12.1.** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “l” do item 19.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## **20. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

**20.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

**20.2.** Os pedidos de esclarecimentos e impugnações referentes ao processo licitatório poderão ser enviados diretamente pelo Portal de Compras Públicas, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) ou pelo Protocolo Online do município, disponível no site [www.guapore.1doc.com.br/atendimento](http://www.guapore.1doc.com.br/atendimento).

**20.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

## **21. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**21.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**21.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida conforme comunicação pelo Pregoeiro.

**21.3.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

28

**21.4.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**21.5.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Somente se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**21.6.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**21.7.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**21.8.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e no site oficial do município [www.guapore.rs.gov.br](http://www.guapore.rs.gov.br).

**21.9.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

**21.10.** A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

**21.11.** Fica eleito o Foro da Comarca de Guaporé para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

**21.12.** Integram este Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços.

**Guaporé/RS, 27 de maio de 2026.**

**Odair André Rossetto**  
Prefeito

**Luiz Carlos Fava**  
Assessor Jurídico  
OAB/RS nº 73.614



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE GUAPORÉ  
GABINETE DO PREFEITO**

29

**PROCESSO Nº 541/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2026**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

30

**PROCESSO Nº 541/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2026**

**ANEXO II**

**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_/2026**

O **MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 87.862.397/0001-09, estabelecida na Av. Silvio Sanson, nº 1135, Centro, na cidade de Guaporé/RS, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Odair André Rossetto, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2026, PROCESSO Nº 541/2026**, homologado em \_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 7.446/2023, de 28 de novembro de 2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E OUTROS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS ANEXOS**, devidamente especificados no Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**2.1.** O fornecedor, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, o preço registrado e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

FORNECEDOR:	CNPJ:
ENDEREÇO:	
CIDADE/UF:	CEP:
TELEFONE/E-MAIL:	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

31

Item	Descrição	Cód.	Marca/ Modelo	Qtde máx.	Un.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

**2.2.** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

**3.1.** O fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, devendo a contratada garantir a disponibilidade dos itens registrados e cumprir os prazos de entrega estabelecidos pela Administração.

**3.2.** A contratada deverá efetuar a entrega dos materiais no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da solicitação formal, nos locais previamente indicados, podendo abranger a sede da Prefeitura, Secretarias Municipais e demais unidades administrativas descentralizadas.

**3.2.1.** A contratada será responsável por todas as etapas relacionadas ao fornecimento, incluindo transporte, carga e descarga, bem como pela integridade dos produtos até o seu recebimento definitivo no local indicado.

**3.3.** Os produtos deverão ser entregues em embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, íntegras e em conformidade com as especificações técnicas, acondicionados de forma adequada para suportar o transporte e armazenamento, sendo de inteira responsabilidade da contratada os custos com logística, incluindo transporte, carga e descarga.

**3.4.** O recebimento dos materiais será realizado por servidor designado, no ato da entrega, para verificação quantitativa e das condições aparentes dos produtos, após a conferência detalhada quanto à conformidade com as especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

**3.5.** Constatadas irregularidades, tais como desconformidade com as especificações, defeitos, avarias ou embalagens violadas, a contratada será notificada para promover a substituição dos itens no prazo estipulado pela Administração, sem qualquer ônus adicional.

**3.6.** Durante toda a execução, a contratada deverá assegurar a disponibilidade dos produtos registrados, manter as condições de habilitação e cumprir integralmente as obrigações assumidas, observando os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e interesse público, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

32

**3.7.** Os produtos a serem fornecidos deverão atender a padrões de qualidade e desempenho compatíveis com sua finalidade, sendo vedado o fornecimento de itens com indícios de adulteração, deterioração, vícios de fabricação ou em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

**3.8.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas sanitárias e regulamentares vigentes, especialmente aquelas expedidas pelos órgãos competentes, incluindo, quando aplicável, a regularização junto à ANVISA, mediante registro, notificação ou dispensa, conforme a natureza do produto.

**3.9.** As embalagens deverão ser originais de fábrica, devidamente lacradas e íntegras, contendo identificação clara do fabricante, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e instruções de uso, assegurando condições adequadas de armazenamento, transporte e utilização.

**3.10.** Quando aplicável, os produtos deverão ser entregues com prazo de validade compatível com seu uso, devendo possuir, no momento da entrega, no mínimo 75% de sua validade total, de forma a evitar prejuízos decorrentes de vencimento precoce.

**3.11.** Os materiais entregues estarão sujeitos à conferência e aceitação pela Administração, podendo ser recusados, no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as especificações, hipótese em que a contratada deverá promover a substituição no prazo a ser estipulado, sem quaisquer ônus adicionais.

**3.12.** Sempre que aplicável, deverão ser observados critérios de sustentabilidade ambiental, com preferência por produtos biodegradáveis, embalagens recicláveis e práticas que minimizem impactos ambientais, em consonância com as diretrizes da Administração Pública.

**3.13.** Os produtos químicos deverão conter informações adequadas de segurança e manuseio, podendo ser exigida a apresentação de Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), conforme legislação pertinente.

**3.14.** As amostras apresentadas na fase de análise das propostas poderão ser retidas até a conclusão do procedimento de avaliação, servindo como parâmetro de comparação para os produtos posteriormente fornecidos.

#### **4. DO PAGAMENTO**

**4.1.** O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias, mediante apresentação de documento fiscal, devidamente atestado pelo fiscal do contrato, e dar-se-á através de **conta bancária ou chave PIX/CNPJ \_\_\_\_\_**, vinculada diretamente à conta empresarial conforme Decreto nº 7913/2025 e Decreto nº 7959/2025, de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, após a efetiva entrega do produto ofertado, após ateste do fiscal do contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

33

## **5. MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**5.1.** O modelo de gestão seguirá o constante no Decreto Municipal nº 7441/2023, de 28 de novembro de 2023.

**5.2.** O gestor dos contratos/autorizações de fornecimento será \_\_\_\_, o fiscal será \_\_\_\_\_ e o suplente será \_\_\_\_, conforme indicação constante no Termo de Referência.

## **6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**6.1.** Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

## **7. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

**7.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**7.1.1.** Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, os quantitativos originalmente registrados serão renovados, adicionando-se novo quantitativo equivalente ao previsto na ata original.

**7.1.2.** Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, será aplicada reajuste de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE. O contrato/autorização de fornecimento decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.

**7.1.3.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

**7.2.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

**7.2.1.** O instrumento contratual de que trata o item 7.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

34

**7.3.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**7.4.** Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

**7.4.1.** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e/ou se obrigar nos limites dela.

**7.4.2.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os itens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

**7.4.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

**7.5.** O registro a que se refere o item 7.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário desta ata.

**7.6.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**7.7.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere a alínea “b” do item 7.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

**7.8.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**7.9.** Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

35

**7.9.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**7.10.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no site oficial do município: [www.guapore.rs.gov.br](http://www.guapore.rs.gov.br).

**7.11.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 7.4.2 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**7.12.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 7.4.2, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**7.13.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **8. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**8.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**8.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**8.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

36

**8.1.3.** Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

**a)** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

**b)** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **9. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**9.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**9.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**9.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o órgão convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**9.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**9.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**9.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**9.2.2.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

**9.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o órgão convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 7.4.2.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

37

**9.2.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**9.2.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão atualizará o preço, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

## **10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**10.1.** O registro do fornecedor será cancelado quando o fornecedor:

**10.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**10.1.2.** Não entregar o item/serviço, no prazo estabelecido pela Administração no instrumento contratual ou equivalente, sem justificativa razoável; ou

**10.1.3.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

I. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**10.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**10.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**10.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**10.4.1.** Por razão de interesse público; ou

**10.4.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

## **11. DAS PENALIDADES**

**11.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

38

**11.2.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

## **12. CONDIÇÕES GERAIS**

**12.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e no Edital.

E por estarem justos e acertados, assinam a presente Ata de Registro de Preços de forma digital, para que produza os efeitos legais.

Local e data

Assinaturas